ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CALÇADO-ES – 12ª DO ANO DE 2022.

Aos vinte e cinco (25) dias do mês de julho (07) de dois mil e vinte e dois (2022), às 19 horas, reuniu-se a Câmara Municipal de São José do Calçado-ES, sob a presidência do vereador Wagner Vieira França (Waguinho França) que verificou no livro de presença o comparecimento dos seguintes representantes deste Legislativo Municipal: Janaina Luzia O. Pimentel Passalini, Roberto João Mozelli Calhau Vervloet, Pedro Paulo Silva de Souza, Marven Menezes Lins, Maurício de Almeida Aguiar, Jurandi Medeiros de Athaides, José Manoel Lopes da Silva e Alcemar Dutra Pires. Havendo número legal o Presidente declarou abertos os trabalhos da presente sessão e convidou a todos para a execução dos hinos Nacional e Municipal. Logo após justificou a ausência do Pastor Luiz Carlos que sempre comparece as sessões desta Casa para trazer uma palavra de fé e convidou a todos para fazer uma oração. Dando início aos trabalhos o Presidente cumprimentou nominalmente cada um dos colegas Vereadores, os servidores desta Casa, todos que estão no Plenário, os prestadores de serviço e todos que estão assistindo online. Em seguida determinou a Secretária, Vereadora Janaína Beline, proceder à leitura da Ata da Sessão anterior, que foi aprovada sem ressalvas. Não havendo PEQUENO EXPEDIENTE passou-se a **ORDEM DO DIA: Projeto de Lei nº 018/2022**, de autoria do Executivo Municipal, que “Dispõe sobre as Diretrizes para elaboração da Lei Orçamentária para o Exercício Financeiro de 2023 e dá outras providências”. O Vereador Roberto João apresentou as seguintes Propostas de Emenda Modificativa: **1)** 001, ao artigo 8º que passa a possuir a seguinte redação: “Art. 8º - O percentual da proposta orçamentária da Câmara Municipal será definido na Lei Orçamentária Anual em 7,00% (sete por cento), previstas na Emenda Constitucional nº 025/2000”; **2)** 002, ao artigo 20, que passa a possuir a seguinte redação: “Art. 20 – As fontes de recursos, se for o caso e as modalidades de aplicação aprovadas na Lei Orçamentária e em seus créditos adicionais poderão ser

modificadas, justificadamente, com autorização do Poder Legislativo, para atender as necessidades de execução, desde que verificada a inviabilidade técnica operacional ou econômica da execução do crédito na modalidade prevista na Lei orçamentária”; **3)** 003, ao artigo 22, que passa a possuir a seguinte redação: “Art. 22 – As receitas e despesas poderão ter seus valores corrigidos, a partir de 01 de janeiro de 2023 por índice oficial, caso o índice de inflação do exercício de 2022 seja superior a 10% (dez por cento), devidamente autorizada pelo Poder Legislativo”; **4)** 004, ao artigo 28, que passa a possuir a seguinte redação: “Art. 28 – Fica o Poder Executivo e Legislativo no exercício de 2023, observado o disposto no art. 169 da Constituição Federal, autorizados as concessões de quaisquer vantagens, aumentos de remuneração, reposição salarial, criação de cargos, empregos e funções, alterações de estrutura de carreiras, bem como admissões ou contratações de pessoal a qualquer título, observando o disposto nos art. 19 e 20 da Lei Complementar nº 101 de 2000; **5)** 005, ao artigo 41, que passa a possuir a seguinte redação: “Art. 41 – (...) I – (...); II – (...); III – Fica o Poder Executivo e Legislativo autorizado a abrir crédito suplementar e especial até 10% (dez por cento) das despesas previstas no orçamento geral do município para o exercício de 2023; IV – Fica o Poder Executivo e Legislativo autorizado a transpor, remanejar ou transferir recursos, para cobertura de créditos adicionais de que se trata o inciso III; Parágrafo Único – A abertura de créditos especiais e extraordinários, conforme disposto no art. 167, § 2º, da Constituição Federal, será efetivada mediante autorização do Poder Legislativo”; **6)** 006, ao artigo 43, que passa a possuir a seguinte redação: “Art. 43 – Os créditos adicionais do Orçamento da Câmara Municipal deverão ser abertos pelo Poder Legislativo, através de Decreto Municipal do Poder Executivo, respeitando os limites e condições autorizados em Lei.”; **7)** 007, ao artigo 47, que passa a possuir a seguinte redação: “Art. 47 – Fica o Poder Executivo autorizado a promover as alterações e adequações de sua estrutura administrativa, com o objetivo de modernizar e conferir maior eficiência e eficácia ao Poder público municipal, desde que autorizado pelo Poder Legislativo”. O Presidente submeteu o Projeto de Lei em votação na íntegra. Aprovado por unanimidade. Em seguida submeteu em votação, as propostas de emendas modificativas de 001 a 007, uma a uma em separado.

Todas foram aprovadas por unanimidade. Ficando, portanto, o **Projeto de Lei nº 018/2022 aprovado com as emendas modificativas 001, 002, 003, 004, 005, 006 e 007. Projeto de Lei Complementar nº 005/2022**, (redação substitutiva) de autoria do Executivo Municipal, que “Altera a Lei Municipal nº 1262/2004 que dispõe sobre o Regime Próprio de Previdência Social do Município de São José do Calçado, e dá outras providências”. O Vereador Maurício parabenizou os servidores do IPESC pelo Certificado Nacional de Eficiência, pois em todo o nosso País são poucos os Institutos de Previdência que conseguiram esse certificado. Submetido a votação o **Projeto de Lei Complementar nº 005/2022 foi aprovado por unanimidade**. A Vereador Janaina informou que amanhã terá uma reunião com os servidores da municipalidade com a finalidade de formar o Sindicato dos servidores públicos municipais, acredita que a participação dos Vereadores será de grande importância. O Presidente desta Casa falou da importância de existir um Sindicato e incentivou a participação de todos os servidores da classe. **Projeto de Lei nº 026/2022**, de autoria do Poder Executivo, “Autoriza o Poder Executivo do Município de São José do Calçado a firmar Convênio de Cooperação Técnica com o Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo para a digitalização de processos judiciais e dá outras providências”. **Aprovado por unanimidade. Projeto de Lei Complementar nº 007/2022**, de autoria do Executivo Municipal, que “Declara o Teatro Darlene Glória, outrora denominado Cine-Theatro São José, como patrimônio material, histórico e sociocultural do Município de São José do Calçado, procedendo o seu tombamento, e dá outras providências”. **Aprovado por unanimidade. Requerimentos de autoria do Vereador Marven: a) nº 081/2022** solicitando ao Exmº Sr. Prefeito Municipal que seja construído uma praça com brinquedos no terreno que pertence a prefeitura, localizado no Bairro Jorge Ourique, na Rua Diomar Pimentel, nesta Cidade; **b) nº 082/2022**, reiterando requerimento nº 088/2021, onde solicitou ao Sr. Prefeito que providenciasse a limpeza das margens do rio, no acesso pela Rua Romão Batista (areão); **c) nº 083/2022** solicitando ao Exmº Sr. Prefeito Municipal que seja providenciada a abertura da sala de oficina do CAPS, pois hoje a mesma se encontra fechada. O Presidente comentou a respeito de uma emenda feita pelo Deputado Elder

Salomão, no valor de duzentos mil reais, onde uma parte foi para compra de equipamentos para o CAPS e a outra parte para a aquisição de um veículo que já foi adquirido pelo Executivo, uma Picape, inclusive já pediu ao Prefeito que anunciasse que foi através da emenda do Deputado e até hoje ele não fez, mas gostaria que fosse levado ao conhecimento da população. De repente esses equipamentos podem ser comprados a fim de atender a essa sala de oficina solicitada pelo Vereador Marven. Todos os Requerimentos de autoria do Vereador Marven foram **aprovados**. Tendo matéria a apresentar o Presidente, Vereador Waguinho passou a presidência dos trabalhos ao Vice-Presidente, Vereador Alcemar e no Plenário apresentou **Requerimento nº 084/2022**, solicitando ao Exmº. Sr. Prefeito Municipal que providencie a doação ao Poder Legislativo de nosso Município do terreno onde está edificada a Câmara Municipal de São José do Calçado, que pertence a Prefeitura Municipal, conforme demonstra certidão do Cartório de Registro de Imóveis lavrada as folhas 271 verso a 272 do livro 3G, sob o número 7281 (anexa). **Aprovado**. Voltando em seguida a assumir a presidência dos trabalhos o Vereador Waguinho França. O Vereador Alcemar formalizou o convite para todos os Vereadores e todos os servidores municipais para uma reunião, amanhã, as 19 horas, no Plenário desta Câmara Municipal, a respeito do Sindicato para os servidores municipais. O Vereador Maurício pediu ao Presidente que envie moção de pesar aos familiares do Sr. Sebastião Passalini. Ninguém desejando fazer uso da palavra franqueada o Presidente agradeceu a presença de cada um dos colegas Vereadores. Agradeceu também aos servidores, aos prestadores de serviço, a todos que assistem à sessão online e a todos que estão no Plenário desta Casa. Informou que a próxima Sessão Ordinária será realizada no dia 10 de agosto, às 19h no Plenário da Câmara. Não havendo mais nada em pauta declarou encerrada a presente Sessão. Nada mais havendo a relatar, Janaina Luzia Oliveira Pimentel Passalini, 1ª Secretária, para constar lavra a presente Ata que está devidamente assinada.

Wagner Vieira França
Presidente

Janaina Luzia O. P. Passalini
1ª Secretária